



Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/09/2015 - CUT

Sem democracia não haveria campanha salarial, diz Vagner

Presidente da CUT explica porque a defesa da ordem democrática fará parte dos atos das campanhas salariais do 2º semestre, dia 15

A CUT realiza na próxima terça-feira, dia 15, na avenida Paulista, em frente à sede da Fiesp, a partir das 9h, o primeiro ato unificado das categorias com campanhas salariais do segundo semestre. O mote é "Em defesa da democracia, do emprego e do salário".

O objetivo, explica o presidente da CUT, Vagner Freitas, é fortalecer as campanhas salariais, defender os empregos, a democracia e buscar saídas econômicas que protejam os/as trabalhadores/as e a Petrobrás, estatal mais atacada por setores conservadores. "Sem democracia os trabalhadores não poderiam se organizar, revindicar e muito menos fazer manifestações nas ruas", explica o dirigente.

Segundo ele, os atos também vão demonstrar que "os trabalhadores organizados pela CUT não se deixaram confundir nem intimidar com o clima de caos político e econômico que se tenta instalar no país".

Além de São Paulo, os dirigentes da CUT estão programando manifestações das categorias com data-base no segundo semestre em outras cidades do Brasil.

Nesses atos, os/as trabalhadores/as vão deixar claro que não vão pagar a conta da crise econômica; não vão permitir ataques aos direitos dos/as trabalhadores/as, entre eles, a terceirização em todas as atividades das empresas, como prevê o projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados e está tramitando no Senado, PSC 30; não vão aceitar sem resistência e luta as tentativas de ataque à democracia que vêm sendo feitas pelos conservadores; não vão aceitar nenhum tipo de ataque que represente

retrocesso e que fira o Estado democrático de direito.

Durante o ato de terça-feira, os dirigentes da CUT-SP, eleitos no mês passado para o mandato 2015-2019, vão tomar posse em plena Avenida Paulista. Segundo o presidente eleito, Douglas Izzo, a posse na rua é simbólica porque mostra à população que a CUT é das ruas, sempre esteve e sempre continuará nas ruas.

Categorias filiadas à CUT com data-base no segundo semestre

Somente entre as principais categorias filiadas à CUT, mais de 1.814.805 trabalhadores/as de todo o País têm data-base no 2° semestre. Entre eles, metalúrgicos (602 mil), bancários (410 mil), químicos (327.823, incluindo no cálculo os 81.213 petroleiros da FUP), enfermeiros (120 mil), aeronautas (55 mil), aeroviários (18 mil), comerciários (194.437), Serviços (37.545), médicos e psicólogos (só de SP - 50 mil).

Também participarão do ato desta terça-feira na Paulista outras categorias que, apesar de ter data-base no primeiro semestre, ainda não concluíram as negociações com os patrões, como é o caso do setor público. Na capital paulista, os servidores municipais e de autarquias ainda lutam pelo atendimento da pauta de reivindicações de 2014.

Defesa da Petrobrás

É importante ressaltar que cada categoria tem sua própria pauta de reivindicação. O que as unifica é a defesa da democracia e a busca por saídas econômicas que não prejudiquem ainda mais os trabalhadores e que revertam as perspectivas de fechamento de vagas de trabalho.







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Um dos principais objetivos da Campanha Salarial Unificada é fortalecer a defesa dos empregos. E, portanto, defender a Petrobrás, que vem sofrendo seguidos ataques dos setores conservadores. A rede de fornecedores do setor petroleiro é formada por cerca de 70 mil empresas, que têm sido prejudicadas pelo modo como as investigações da Operação Lava Jato vem sendo conduzidas e o resultado são centenas de trabalhadores desempregados. Até agora mais de 40 mil trabalhadores já foram demitidos,

entre eles 11,5 mil só das obras do Comperj – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

A CUT defende uma investigação profunda, transparente e democrática, sem prejuízo ao processo de desenvolvimento econômico e social iniciado em 2003 pelos governos do PT, longe dos holofotes da mídia que transforma tudo em espetáculo, desde que as suspeitas atinjam os 'inimigos' de sempre: o PT e os movimentos social e sindical.

10/09/2015 - Instituto Telecom

CCT aprova PL que suspende contribuições ao Fust até que recursos sejam aplicados

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) da Câmara aprovou, nesta quarta-feira, 9, o Projeto de Lei 2.217/2015, que suspende as contribuições ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) até a aplicação do total arrecadado desde a sua instituição, para atender às finalidades legais para as quais foi criado. O autor da proposta, deputado Sandro Alex (PPS-PR) argumenta que não é justo que a sociedade pague em troca de um benefício que lhe é sonegado, em evidente burla à Lei por parte do governo.

De acordo com o parlamentar, desde 2000 até meados deste ano, o fundo arrecadou R\$ 18 bilhões, que foram usados apenas para o pagamento da dívida pública. Ele afirma que o Tribunal de Contas da União (TCU) já condenou a prática por parte do governo há dez anos, mas nada foi feito para mudar a situação.

Sandro Alex lembra que o Fust foi criado para cobrir parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço. Já o governo argumenta que a universalização da

telefonia fixa já ocorreu e que a norma do fundo impede a utilização em outros serviços, como o de banda larga.

O relator da matéria na CCT, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP) opinou pela aprovação do projeto, reiterando que a não utilização do Fust não é só um contínuo desrespeito à política pública instituída pelo Congresso Nacional, como também a uma falta de visão política que poderia colocar o Brasil em patamares muito mais elevados no grau de desenvolvimento. "O Projeto de Lei em tela vai ao encontro de evitar que a sangria dos recursos dos brasileiros continue sem nenhuma responsabilidade por parte dos governos", afirma.

A votação de hoje, porém, não foi unânime. Votaram contra o projeto os deputados Luiza Erundina (PSB-SP), Margarida Salomão (PT-MG) e Paulão (PT-AL).

A matéria será apreciada ainda nas comissões de Finança e Tributação e de Constituição e Justiça. Caso seja aprovado na Câmara, seguirá para apreciação no Senado.







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/09/2015 - Instituto Telecom

Anatel adia decisões na reunião desta quinta-feira

A Anatel adiou mais uma vez a apresentação da proposta de alteração do Regulamento de Compartilhamento de Infraestrutura, que estava prevista para a reunião do Conselho Diretor desta quinta-feira, 10. O relator da matéria, Rodrigo Zerbone, pediu mais tempo para enquadrar a proposta à determinação incluída na Lei das Antenas, que dispensa do compartilhamento obrigatório das torres instaladas até 5 de maio de 2009. A previsão inicial era de que o compartilhamento alcançasse perto de 40 mil antenas, mas esse número deve cair significativamente.

O compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações está definido na Lei 11.934, de 2009, que dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos. A medida vale para as antenas instaladas a distâncias inferiores a 500 metros.

A Anatel adiou também a apresentação da proposta de Regulamento de Restituição e Compensação das Receitas Administradas pela Anatel e do relatório de acompanhamento econômico-financeiro especial do Grupo Oi referente ao exercício de 2013, relatados pelo conselheiro Igor de Freitas. No caso do regulamento, Freitas afirmou que a proposta apresentada pela área técnica é muito complexa e pediu a adaptação às recomendações feita por ele. Já o relatório da Oi, ele pediu mais tempo para análise.

10/09/2015 - RBA

Empresas de telecomunicações têm novas regras para atendimento de clientes

Nova regulamentação prevê atendimento conjunto de todos os serviços contratados pelo consumidor

A partir de hoje (10), as empresas de telecomunicações terão de seguir novas regras para atendimento dos clientes. Uma das novidades previstas com a entrada em vigor do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor (RGC) é o atendimento conjunto – e em um mesmo canal – de todos os serviços prestados nos pacotes combo contratados pelo consumidor.

Além disso, o setor de atendimento presencial deverá estar apto a atender todos os serviços e modalidades prestados pela empresa dentro de sua microrregião. O tempo máximo de espera passará a ser de, no máximo, 30 minutos, controlados por meio da emissão de senhas.

De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o regulamento prevê também mudanças no atendimento feito pelas concessionárias da telefonia fixa, que deverão disponibilizar, em todos os municípios brasileiros pelo menos um local de atendimento que possibilite ao consumidor o registro e o encaminhamento de suas demandas junto à prestadora.

Pelo RGC, as prestadoras de telecomunicações são obrigadas a disponibilizar atendimento a todos os consumidores que se dirigirem aos estabelecimentos associados à marca da operadora. Isso significa que, por exemplo, em locais como quiosques de shopping centers o atendimento poderá ser feito também com a ajuda de terminais eletrônicos ou por registro de protocolo de atendimento.

Caso não cumpram as novas regras, as operadoras poderão ser multadas em até R\$ 50 milhões. Em nota, a Anatel informa que todas as prestadoras de serviços de telecomunicações terão que se adequar" e que, no caso das operadoras de pequeno porte (com no máximo 50 mil assinantes), há regras mais flexíveis.

A Anatel criou um grupo para monitorar preventivamente se as operadoras adotaram providências para se adequar às novas regras de forma adequada e nos prazos previstos.





Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/09/2015 - Vermelho

Imposto sobre grandes fortunas renderia R\$ 14 bi, diz Flávio Dino

A criação, por meio do Congresso Nacional, de um imposto sobre fortunas pessoais superiores a R\$ 4 milhões, foi tema para o debate, no qual o governador do Maranhão, Flávio Dino, analisou os mais recentes acontecimentos acerca da crise econômica por que passa o Brasil. A tese foi defendida no evento realizado em Fortaleza (CE), que trazia como provocação para lideranças nacionais do Nordeste: "Alternativas ao Ajuste Fiscal"

Imposto sobre Grandes Fortunas adicionaria R\$ 14 bilhões a cofres federais, diz Flávio Dinolmposto sobre Grandes Fortunas adicionaria R\$ 14 bilhões a cofres federais, diz Flávio Dino O tema tem sido debatido desde que o governo do Maranhão deu entrada em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão no Supremo Tribunal Federal, pedindo que a Corte Magna supra o vácuo legislativo sobre o assunto. A Constituição Brasileira prevê, desde 1989, que o Parlamento Brasileiro deva criar o Imposto sobre Grandes Fortunas, mas o tema ainda não virou lei.

Analisando o atual cenário econômico brasileiro, Flávio Dino argumentou que a tributação de grandes fortunas renderia aos cofres públicos brasileiros aproximadamente R\$ 14 bilhões em novas receitas. "As alíquotas de 0,4 % a 2,1%, estariam na média internacional e essa seria uma arrecadação tributaria expressiva, por se tratar de um imposto que legitima o sistema tributário", disse Flávio. A medida atingiria apenas as 50 mil pessoas mais ricas do Brasil, que possui 200 milhões de habitantes.

"É um imposto que legitima o sistema tributário, porque ele torna o sistema tributário efetivamente promotor de igualdades, ele legitima que o conjunto da sociedade pague o imposto em menor nível de oposição, com maior nível de aceitação, bom senso, adesão", afirmou Dino. A proposta que tramita hoje no Senado prevê alíquota variante entre 0,4% e 2,1% sobre a parcela tributada da população que concentra a maior parte da renda do país. Segundo Dino, o Brasil precisa atuar fortemente para promover Justiça Tributária. Outros países como a França, Espanha, Uruguai e Argentina, por exemplo, já praticam o tipo de taxa em debate.

O mediador do debate, Marcelo Lettieri, apoiou a iniciativa e lembrou que a primeira proposta sobre grandes fortunas foi apresentada por Fernando Henrique Cardoso em 1989 no Senado. "A justiça tributária no Brasil esbarra no poder econômico que incide sobre a política. É importante que a classe política tenha consciência da importância do projeto", disse o auditor da Receita Federal e professor da Universidade Federal do Ceará.

Solução da crise fiscal só é possível com mais diálogo

Comentando a queda no grau de investimento do Brasil, definida por uma agência estrangeira, o governador do Maranhão comentou que o país precisa superar a crise política para que se comece a trabalhar na superação da crise econômica. Ele defendeu o diálogo entre as bases governistas e oposicionistas brasileiras num esforço geral pelo país.

Entre as medidas para recuperar a saúde financeira do país, Flávio Dino defende medidas tópicas para cortes de gastos, sem que isso incida nas despesas obrigatórias como investimentos em Educação, Saúde e Programas Sociais. "Esses investimentos não podem ser cortados porque chegam direto à parte mais vulnerável da sociedade, que mais precisam de atenção".

Leia mais em:

http://www.vermelho.org.br/noticia/270108-2





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/09/2015 - EBC

Levy propõe "ponte de sustentabilidade fiscal" para superação da crise

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse hoje (10) que o governo precisa construir uma "ponte de sustentabilidade fiscal" para atravessar o momento com o equilíbrio de receitas e despesas e atingir a meta de superávit primário de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016. O ministro informou que um pacote de medidas será anunciado até o fim de setembro, sem dar detalhes.

"O governo tomou a medida de mandar um orçamento com o déficit para deixar claro a necessidade de se encontrar um caminho rapidamente para garantir que o orçamento seja compatível com a meta da LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias], de 0,7% do PIB, conforme foi explicado algumas vezes pela presidenta da República. A maneira de alcançar esse resultado advirá desse processo de consulta que estamos desenvolvendo no Congresso", disse Levy, em entrevista à imprensa no Ministério da Fazenda. Joaquim Levy convocou entrevista no Ministério da Fazenda para falar da redução da nota de crédito do Brasil de BBB- (que representa grau de investimento médio) para BB+ (categoria de especulação) pela agência Standard & Poor's.

Para Levy, a decisão da agência de classificação de risco teve um viés político. O ministro lembrou que a agência Standard & Poor's rebaixou, em 2011, a nota de crédito dos Estados Unidos, que apresentavam problemas com a dívida e deficit orçamentário." É impossível deixar de lembrar o movimento dessa mesma empresa [Standard & Poor's] lá nos EUA em 2011. Lá havia uma falta de disposição de aumentar a dívida norte-americana. Não se chegava a um acordo entre o Executivo e o Legislatvo. E naquela ocasião essa agência fez uma avaliação política, assim como fez aqui, de que haveria dificuldades para alcançar o objetivo necessário", disse Levy.

De acordo com o Tesouro Nacional, a classificação de risco é uma nota atribuída a um país emissor de dívida por instituição especializada na análise de crédito que avalia a capacidade e a disposição de o país honrar, pontual e integralmente, a dívida.

O rating, destaca o Tesouro, é um instrumento relevante para os investidores, uma vez que fornece uma opinião independente a respeito do risco de crédito da dívida do país.

11/09/52015 - Carta Capital

Odio no Brasil? Sim, de classe

A crise econômica oferece à casa-grande a oportunidade de impor sua vontade, favorecida pela leniência de quem haveria de resistir. E está claro que, antes de econômica, a questão é politica e social, e diz respeito à estrutura medieval da sociedade nativa. Sofre de miopia quem supõe, do ponto de vista político, que tudo se resuma na disputa de poder entre PT e PSDB, acirrada por níveis de ódio nunca dantes navegados, enquanto PMDB ora assiste de camarote, ora joga lenha na fogueira. Que o diga o vice Temer ao vaticinar impávido que Dilma, de tão impopular, não resiste até o fim do mandato.

Quem não precisa de oculista, percebe, isto sim, que o País é sempre o mesmo e que a situação propicia à casa-grande a oportunidade da revanche depois de 12 anos de batalhas perdidas. O ódio, aquecido pela chance, é o de classe. Ou seja, o de sempre. Na moldura, a chantagem evidente. Dilma fica, vinga, porém, o receituário neoliberal, e o sofrimento da senzala, minorado ao longo de três mandatos petistas, volta a ser aquele que lhe cabe na visão dos senhores.

Leia mais em:

http://altamiroborges.blogspot.com.br/2015/09/odio-no-brasil-sim-de-classe.html